



PARECER PRÉVIO Nº 35/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10164/2013.

Apensos: Processo nº 11810/2014 e 10052/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Jucimar de Oliveira Veloso (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Francisco Rodrigues Balieiro – OAB/AM 2241, Ana Carolina de Alencar Balieiro – OAB/AM 6342 e Priscilla de Oliveira Gomes – OAB/AM 8623. Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1751/2020-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a rejeição das contas do Sr. **Jucimar de Oliveira Veloso**, responsável pela Prefeitura Municipal de Tefé, exercício 2012, por irregularidades insanáveis que configuram atos de improbidade administrativa destacadas no Relatório/Voto, nos termos do art. art. 71, I, da CF/88 e art. 40, I, e art. 127, §§ 2º e 4º, da CE/89;



PARECER PRÉVIO Nº 35/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 35/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10164/2013.

Apensos: Processo nº 11810/2014 e 10052/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Jucimar de Oliveira Veloso (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Francisco Rodrigues Balieiro – OAB/AM 2241, Ana Carolina de Alencar Balieiro – OAB/AM 6342 e Priscilla de Oliveira Gomes – OAB/AM 8623, Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1751/2020-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2012.

Encaminhamento. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Encaminhar o Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do processo, à Câmara Municipal de Tefé, para que, na competência prevista no art. 127, da CE/89, julgue as referidas contas;

10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas necessárias para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, da documentação referente às impropriedades atinentes às



ACÓRDÃO Nº 35/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

contas de gestão mencionadas, a serem em seguida submetidos ao julgamento deste Tribunal;

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho dos autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Tefé e à Prefeitura Municipal.

- 11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 12 de Julho de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral